

Congresso dos EUA examina a dívida

por Getulio Bittencourt
de Washington
(Continuação da 1ª página)

da crise da dívida, porque as atuais estratégias de redução da dívida externa podem não ser suficientes. O Banco Mundial, a seu ver, pode ter uma visão a mais longo prazo da situação dos países menos desenvolvidos que os bancos comerciais.

Bill Rhodes insistiu em dizer aos congressistas que lhe perguntavam sobre "perdão da dívida" que os mecanismos de mercado devem ser acionados pela via voluntária. Se os bancos forem compelidos a agir de uma forma ou de outra, por obrigação, "eles podem se retrair e não fazer mais empréstimos", avisou Rhodes.

O deputado Morrison reclamou do sentido que os bancos dão à palavra "voluntário", que lhe parece "um pouco abusado demais". E o próprio presidente da comissão, o texano González, entrou no debate para lembrar que o sentido bancário de "voluntário" é parecido com o dos militares: "você vai servir o Exército, e eles chamam a gente de voluntário".

O painel de Rhodes, o segundo, foi inaugurado por C. Fred Bergsten, diretor do Institute for International Economics e ex-secretário assistente do Tesouro no governo Jimmy

Carter. Ele dividiu igualmente seu depoimento entre o déficit da balança comercial dos Estados Unidos e a dívida externa do Terceiro Mundo, mostrando o inter-relacionamento entre ambos.

Bergsten entende que "instituições financeiras internacionais precisam ter um papel central em qualquer novo esforço sobre a dívida do Terceiro Mundo, porque os banqueiros privados simplesmente não vão prover muito dinheiro novo" a curto ou médio prazo.

Depois dele, o diretor associado do General Accounting Office dos Estados Unidos, Allan I. Mendelowitz, como único representante da atual administração no painel, teve uma conclusão desapontadora para o Terceiro Mundo: ele diz que a solução para essa dívida, em última instância, depende da vontade e capacidade de os governos de países menos desenvolvidos adotarem substanciais reformas econômicas.

No primeiro painel, o reverendo J. Bryan Hehir, o professor Perpinstrup Andersen, da Cornell University, e o diretor de programas do fundo das Nações Unidas para crianças, Richard Jolly, resumiram para o comitê algumas das consequências sociais que a dívida impõe ao Terceiro Mundo.

Congresso dos EUA examina a dívida

GAZETA MERCANTIL

* 5 JULHO 1989

por Getulio Bittencourt
de Washington

O presidente da Comissão de Bancos, Finanças e Assuntos Urbanos da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Henry B. González, um democrata do Texas, afirmou ontem que pretende cooperar com a administração republicana de George Bush em relação à dívida externa do Terceiro Mundo.

"O assunto é importante demais para agir de outra maneira", disse ele na manhã de ontem, ao inaugurar dois dias de audiências sobre o tema.

González espera que "a administração Bush coloque o problema do débito bem no alto de sua agenda". Depois de notar que da África à América Latina a renda familiar caiu de 10 a 25% desde 1980, acrescentou que as decisões podem ter sido adotadas nos altos escalões dos diversos governos e na diretoria dos grandes bancos, "mas são os pobres e as crianças dos pobres quem está pagando o preço".

Pedi ao auditório superlotado da comissão, no edifício de frente ao Capitol Hill, a sede do Congresso, que se lembressem que a população do Terceiro

Mundo tem em seus bolsos o poder de adquirir cerca de um terço das exportações dos Estados Unidos. A crise da dívida, acentuou González, está aumentando o déficit comercial dos Estados Unidos. "Exportações perdidas para a América Latina, apenas, nos custam centenas de milhares de empregos em nosso país", contabilizou.

Embora a audiência estivesse superlotada, os deputados da comissão faziam um rodízio. Dificilmente havia mais de doze dos cinqüenta lugares ocupados simultaneamente, mas esses doze raramente eram os mesmos. A maioria assistia a uma parte dos depoimentos, fazia algumas perguntas e saía para participar de outras comissões.

O depoimento mais esperado do primeiro dia foi o de William Rhodes, presidente do comitê de reestruturação do Citibank, que comanda a renegociação das dívidas externas do Brasil, Argentina, Uruguai, Peru e México, representando bancos do mundo inteiro.

Basicamente Rhodes repetiu o que havia dito em seu depoimento na reunião do Fundo Monetário Internacional em Berlim, no ano

passado. Mas ele notou que "nos últimos meses, sobretudo em antecipação a uma nova administração nos Estados Unidos, nós temos visto muitas afirmações e estudos avançando variadas propostas para resolver a crise da dívida".

Rhodes afirmou à comissão que "nós devemos ter em mente as lições aprendidas com o sucesso do Chile na redução do seu débito, as inovações do pacote financeiro da renegociação como o Brasil e as moratórias brasileira e peruana". Essas lições, a seu ver, são a de cooperação continuada, flexibilidade e inovação.

Numa aparente menção à recente decisão venezuelana de suspender os pagamentos de sua dívida, Rhodes afirmou duas vezes que a moratória não funciona. Ele seria ainda mais específico respondendo, no final, a perguntas de parlamentares, sobretudo de Bruce Morrison, de Connecticut, que, apesar de democrata, em termos econômicos dificilmente se distingue dos republicanos.

Mas Rhodes admitiria, ao ser indagado, que o Banco Mundial poderá ter um papel importante no desdobramento.

(Continua na página 2)